

CARTA DE PARATY

Nós, prefeitos, prefeitas, dirigentes, gestores e gestoras das cidades reconhecidas pela Unesco como Patrimônio Mundial Cultural e Natural, nos reunimos em Paraty (RJ) entre os dias 1º e 4 de agosto de 2023 para a realização do 10º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial. Com o tema “Gestão, Interpretação e Estratégias de Desenvolvimento dos Sítios Naturais e Culturais do Patrimônio”, a conferência buscou fortalecer a interação entre Municípios, conjugar diferentes esforços técnicos e integrar as experiências das instituições envolvidas na proteção e salvaguarda dos patrimônios do Brasil.

Elaboramos em conjunto proposições que visam à preservação patrimonial, ao fomento do turismo e ao equilíbrio ambiental nas cidades reconhecidas pela Unesco. Essas propostas somam-se e avançam em relação às medidas sugeridas na Carta de Diamantina, publicada em 2022, e em seus documentos antecessores. As proposições são:

1. formar, em caráter de urgência, uma comissão de prefeitos e equipe do Iphan para articular junto à Presidência da República e autoridades legislativas a criação de uma rede de proteção às cidades patrimônio a partir da elaboração de um dossiê com indicadores socioeconômicos das cidades Patrimônio Mundial;
2. dialogar com o governo federal para que o Iphan forme uma coordenadoria no Departamento de Cooperação e Fomento dedicada exclusivamente às cidades Patrimônio Mundial, com o objetivo de reunir proposições, dar apoio técnico e providenciar atendimento às demandas das cidades em seu conjunto;
3. articular politicamente a criação de uma nova Frente Parlamentar em Defesa do Patrimônio Mundial do Brasil junto ao Congresso Nacional;
4. discutir e apoiar junto ao Iphan a constituição dos comitês gestores do Patrimônio Mundial, colocando os Municípios como coordenadores destes comitês;
5. trabalhar, com auxílio de uma consultoria técnica, a criação de um fundo setorial do governo federal exclusivo para as cidades Patrimônio Mundial do Brasil declaradas pela Unesco;
6. agendar audiência com o Ministério da Cultura para incluir os Municípios Patrimônio Mundial declarados pela Unesco como prioridades para acessar recursos da Lei Aldir Blanc 2, previstos em R\$ 3 bilhões, na linha para o Patrimônio, a fim de elaborar projetos arquitetônicos, de revitalização, infraestrutura, promoção da cultura e outros;
7. trabalhar junto ao Ministério das Cidades para que o programa Minha Casa, Minha Vida contemple prioritariamente os sítios Patrimônio Mundial e colaborar com a viabilização de planos de saneamento básico voltados aos Municípios históricos e turísticos, culturais, naturais e turísticos;

Patrocínio



Realização



Apoio



8. marcar audiência pública com o Tribunal de Contas da União para monitorar as políticas voltadas aos Municípios Patrimônio Mundial, tendo em vista o Acórdão 311/2017, do TCU;
9. a partir da articulação com o Ministério Público Federal ou com os Ministérios Públicos estaduais, criar mecanismos para que recursos provenientes de ações compensatórias e multas sejam destinados com prioridade para a manutenção dos Municípios Patrimônio Mundial, Cultural e Histórico, a exemplo do que ocorre com o Ministério Público de Minas Gerais e com a cidade de Ouro Preto;
10. reforçar o papel da Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) a fim de dar maior abrangência e visibilidade ao trabalho realizado e à importância da participação efetiva de todas as cidades Patrimônio Mundial, especialmente no que se refere à participação de todos os prefeitos, de forma a fortalecer a coesão para a implementação de políticas públicas sustentáveis;
11. garantir a presença de mais ministros de Estado na próxima edição do Encontro Brasileiro de Cidades Históricas Turísticas Patrimônio Mundial a partir de ações junto ao Poder Executivo federal;
12. dialogar com representantes da Caixa Econômica Federal com o intuito de angariar patrocínio para as cidades que receberão Centros de Interpretação do Patrimônio Mundial com a implantação de centros itinerantes, visando à educação patrimonial;
13. estimular a Embratur a garantir recursos para a criação de conteúdo específico e completo sobre os Patrimônios Mundiais do Brasil, articulado com Iphan e Municípios, para ser apresentado nas feiras internacionais, visando à promoção do Patrimônio brasileiro através do orçamento-geral da União e de leis de incentivo à cultura;
14. expandir em larga escala os programas de Educação Patrimonial nas escolas com apoio do Ministério da Educação;
15. articular junto às esferas municipais, estaduais e federais a viabilização de políticas públicas voltadas à melhoria da condição de vida dos povos originários e comunidades tradicionais, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda e a melhorias da qualidade de vida;
16. realizar, a pedido da prefeitura municipal, o Encontro Brasileiro de Cidades Históricas Turísticas Patrimônio Mundial na Cidade de Goiás (GO) no ano de 2027, a fim de verificar os resultados das proposições da Carta de Goiás.

Autorizamos a divulgação desta carta e o envio oficial a membros das três instâncias de poder, tanto nos níveis municipais, quanto estaduais e federais, a fim de buscar o compromisso do poder público para a realização das nossas propostas. Por fim, anexamos a esta carta uma lista de assinaturas.

Paraty, 4 de agosto de 2023.

Patrocínio



Realização



Apoio

